

A MICROFÍSICA DO PODER INSTITUINTE E SUA ESPACIALIDADE: O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DE UMA OCUPAÇÃO DE SEM-TETO NO RIO DE JANEIRO

RAFAEL GONÇALVES DE ALMEIDA

Doutorando em Geografia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

rafaelalmeida08@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo lançar luz sobre o processo de territorialização de ocupações de sem-teto no Rio de Janeiro, utilizando como estudo de caso a Ocupação Quilombo das Guerreiras e, como caso de contraste, a Ocupação Chiquinha Gonzaga. Assim, para melhor compreender o processo de instituição do território, começarei com o estudo do período que antecede a ação direta sobre o imóvel (no âmbito das reuniões preparatórias), visto que, mesmo anteriormente à apropriação do espaço, algumas das características específicas do território já são esboçadas sob a forma de relações de poder particulares. Veremos que o sucesso da ação direta envolve, em primeiro lugar, a delimitação de uma fronteira que expressa a apropriação, e em segundo, a refuncionalização dos espaços internos e a sua adequação às propriedades que caracterizam o território. No entanto, a estabilização do território (com a suspensão, mesmo que temporária, do perigo iminente de despejo) não significa o fim da territorialização. O território está sempre em processo de fazer-se e é imanente às relações de poder. Assim, a territorialização envolve mais do que a delimitação de fronteiras, pois incide nas “maneiras de fazer” dos indivíduos, o que as torna ainda mais relevantes para a elaboração de ferramentas de luta e de organização empregadas pelos movimentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Sem-teto. Processo de territorialização. Territorialidade. Autogestão.

THE MICROPHYSICS OF THE INSTITUTING POWER AND ITS SPATIALITY: THE PROCESS OF TERRITORIALIZATION OF A SQUATTED BUILDING IN RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

This article seeks to shed light on the process of territorialization of the *sem-teto* movement in the city of Rio de Janeiro, using as a case study the squat building called *Quilombo das Guerreiras* and as a case of contrast the squat called *Chiquinha Gonzaga*. Thus, to better understand the process of establishment of a territory, this analysis will begin with the study of the period prior to the occupation of the building, since even before the appropriation of the space, some of the specific characteristics of the territory are already outlined in the form of particular power relations. We will see that the success of the direct action involves, firstly, the delimitation of a boundary that expresses the appropriation, and secondly, the refunctionalisation of the internal spaces and their adjustment to the properties that characterize the territory. However, the stabilization of the territory (with the temporary suspension of the threat of eviction) is not the end of the process of territorialization. The territory is always in the making and it is immanent to power relations. Therefore, it is a process that involves more than the delimitation of borders, as it also has an effect on the “ways of doing” of individuals, which makes these processes even more relevant to the development of tools of struggle and of organization employed by social movements.

KEYWORDS: Social movements. Squatting. Process of territorialization. Territoriality. Self management.

INTRODUÇÃO

O fenômeno das ocupações urbanas não se restringe ao Brasil e tampouco à América Latina. Ele está presente nos países tanto ao norte do hemisfério quanto ao sul, e assume características distintas, estratégias locais de territorialização e discursos heterogêneos. O termo inglês *squatting*, por exemplo, abarca uma grande diversidade de práticas. Vale lembrar que moradores de favelas são também ocupantes (*squatters*), em sentido amplo, visto que se instalam em propriedade alheia, privada ou pública, onde a posse do proprietário não

é exercida¹. Mesmo se nos ativermos apenas ao espaço urbano, as práticas de ocupações (*squatting*) englobam uma variedade grande de atores, organizações e objetivos estratégicos e nem sempre remetem à questão habitacional, ou pelo menos, não diretamente, visto que ocupações culturais também são referidas como *squatting*. Contudo, duas características são compartilhadas por todas essas práticas: a primeira é que elas envolvem a territorialização (em sentido estrito²) de terrenos ou prédios cujos proprietários não exercem a posse e, por isso, encontram-se em situação de abandono; a segunda é que a territorialização se dá por meio da ação direta, e assim, age sobre o problema, sem intermediação do mercado ou do Estado³.

Entretanto, as ocupações de sem-teto, foco deste estudo, de um modo geral, não constituem, *a priori*, movimentos sociais *per se*, pois, apesar de decorrerem de uma “prática espacial insurgente” (SOUZA, 2010), elas são, antes de tudo, alternativas encontradas pelos mais pobres para satisfazer sua necessidade de moradia (alternativas reconhecidas pelo Estado, porém não sancionadas formalmente), representando, desse modo, muito mais um resultado da espacialização da desigualdade social e do problema do déficit habitacional, do que propriamente territórios que resistem ao poder hegemônico.

No caso da Ocupação Quilombo das Guerreiras, porém, seus moradores não se restringem a amenizar seus problemas de moradia, mas buscam constituir “territórios dissidentes” (SOUZA, 2006 e 2007), produzindo, de maneira mais consistente, uma ampla gama de práticas e discursos que questionam não somente as políticas habitacionais existentes no âmbito da “democracia” representativa capitalista, mas todo um conjunto de relações sociais que se fundamenta na heteronomia⁴. O movimento dos sem-teto configura, portanto,

¹ Ver sobre isso, Souza (2009b).

² Souza (2010, p. 40) destaca, entre os tipos gerais de “práticas espaciais insurgentes”, aquelas que se manifestam a partir da “territorialização em sentido estrito”, ou seja, as que se apropriam de um espaço por meio da presença física, e aquelas que se manifestam a partir da “territorialização em sentido amplo”, isto é, a partir da inscrição no espaço, de símbolos que desafiam direitos formais e prerrogativas legais de proprietários (como a grifagem, por exemplo) e que não dependem de uma presença física duradoura.

³ É claro que a negociação com o Estado é inevitável; contudo, para além de simplesmente reivindicar a recuperação de prédios abandonados, os *squatters* primeiro atuam diretamente sobre o problema, refuncionalizando e reestruturando os imóveis ocupados, para só depois negociarem com o Estado a sua permanência.

⁴ Heteronomia é entendida como uma relação oposta à de autonomia, ou seja, uma situação onde o *nomos* (conjunto de normas, regras, convenções e leis que regem uma coletividade) é definido

uma categoria de *squatting* que representa uma afronta ao *status quo* e, por isso, se constitui como parte integrante de um “movimento social emancipatório” (SOUZA, 2010).

A referida ocupação foi a terceira das quatro ocorridas desde 2004, no Rio de Janeiro, que representam o que Souza e Teixeira (2009) chamaram de “variante por coletivo”⁵ do movimento dos sem-teto. Esta variante difere da “variante por coordenação” (que se organiza politicamente de maneira hierarquizada), devido à forma horizontal e democrática com a qual organiza as relações de poder internas. Contudo, das quatro ocupações dessa variante, apenas duas instauraram de forma consistente e duradoura uma instância formal de deliberação coletiva (a Assembleia do Coletivo, ou o “Coletivo”), a saber: a Ocupação Chiquinha Gonzaga (ocupada em 2004) e a Ocupação Quilombo das Guerreiras (ocupada em 2006). Mesmo assim, as dinâmicas políticas encontradas nessas duas ocupações diferem entre si: a primeira é marcada por uma disputa interna entre moradores que defendem a manutenção de um modelo inspirado na autogestão e aqueles que sustentam uma revisão desse modelo organizativo, pressionando a favor de uma verticalização das relações de poder internas⁶; a segunda é caracterizada pela hegemonia de um campo político inspirado em ideias autogestionárias, o que possibilitou a criação de mecanismos de poder que buscam eludir a formação de hierarquias e que implicam transformações ao nível capilar do poder, ou seja, referentes à “microfísica do poder” (FOUCAULT, 2007), incidindo sobre a vida cotidiana dos atores, em suas “maneiras de fazer”, modificando comportamentos e relações.

No caso da variante do movimento dos sem-teto que é foco do presente estudo, os atores buscam constituir um contrapoder (o qual, como salienta Souza [2011], não pode ser confundido com a negação pura e simples do poder), que não se manifesta apenas pela resistência a um poder preexistente, mas envolve, também, a instituição de um outro poder, que se exerce a partir do reconhecimento de que o poder instituído é obra da sociedade instituinte (CASTO-

por outros indivíduos que não propriamente os que estarão completamente sujeitos a eles. É uma relação onde se estabelece uma clara distinção entre dirigentes e executores.

⁵ Todas as quatro ocupações dessa variante estão localizadas na Zona Portuária do Rio de Janeiro, e são elas: Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (2005) (já extinta), Quilombo das Guerreiras (2006) e Machado de Assis (2008).

⁶ Ver sobre isso Grandi (2010).

RIADIS, 2006). Nesse sentido, o surgimento daquilo que Castoriadis chama de “poder instituinte”⁷, que se organiza de forma horizontal e radicalmente democrática, e não visa somente à constituição de um novo poder instituído, mas à explicitação do processo de autoinstituição da sociedade e a construção de instituições abertas ao questionamento e à transformação.

Em sua verdadeira significação, a democracia consiste no fato de que a sociedade não pára numa concepção do que é justo, igual ou livre, dada uma vez por todas, mas se institui de tal maneira que as questões da liberdade, da justiça, da equidade e da igualdade possam sempre ser colocadas no quadro do funcionamento “normal” da sociedade (CASTORIADIS, 2002, p. 187).

Desse modo, este artigo tem como objetivo lançar luz sobre o processo de territorialização de ocupações de sem-teto no Rio de Janeiro, utilizando como estudo de caso a Ocupação Quilombo das Guerreiras e, como caso de contraste, a Ocupação Chiquinha Gonzaga. Para melhor compreender o processo de instituição do território, iniciarei com o estudo do período que antecede a ação direta sobre o imóvel (no âmbito das reuniões preparatórias), visto que, mesmo anteriormente à apropriação do espaço, algumas das características específicas do território já são esboçadas sob a forma de relações de poder particulares. Veremos, ainda, que o sucesso da ação direta envolve, em primeiro lugar, a delimitação de uma fronteira que expressa a apropriação, e, em segundo, a refuncionalização dos espaços internos e a sua adequação às propriedades que caracterizam o território. No entanto, a passagem de um território instável (cujo perigo de desterritorialização é iminente) para um território relativamente estável (no qual essa ameaça é, ao menos temporariamente, suspensa) não significa o fim da territorialização. O território está sempre em processo de fazer-se e é imanente às relações de poder. Assim, a dinâmica dessas relações implica mudanças na territorialidade da ocupação. Mesmo tendo passado por processos políticos similares, veremos que cada ocupação constituiu suas próprias dinâmicas que, por sua vez, projetaram-se no espaço, dando forma a diferentes territorialidades. Portanto, a territorialização envolve mais do que a delimitação de fronteiras, pois incide nas “maneiras de fazer” dos indivíduos, o que as torna ainda mais relevantes para a elaboração de ferramentas de luta e de organização empregadas pelos movimentos sociais.

⁷ Cf. Castoriadis (2002); Castoriadis (2006); Castoriadis (2007[1975]).

O território não é uma relação entre o indivíduo e o espaço, mas sim, uma relação entre indivíduos ou grupos mediatizada pelo espaço (SOUZA, 2009a). Nesse sentido, territorializar não é apenas tomar para si um território como se toma um objeto. Territorializar é direcionar e organizar internamente os fluxos; é diferenciar-se, mas é, também, conquistar ou impor o reconhecimento do Outro. O território é a expressão espacial de configurações de poder particulares cujas qualidades expressivas remetem sempre à apropriação. No território, o “ter” e o “ser” se implicam mutuamente⁸. Em outras palavras, a apropriação é uma condição para a manifestação das características e condicionamentos das relações sociais que o território projeta no espaço. O território é apropriado para que tais ou quais relações sociais se manifestem, mas, ao mesmo tempo, estas se expressam pela própria apropriação e já trazem consigo qualidades que constituem a marca do território, ou como diriam Deleuze e Guattari, a sua assinatura⁹. Nesse sentido, enquanto o território demarca um domínio, a territorialidade organiza a diferença; dispersa, concentra e aloca vetores de poder no espaço; reorganiza funções e inscreve no espaço os condicionamentos e regulações que atuam sobre os fluxos da atividade social.

[S]ubjacente ao território, existem processos através dos quais ele é instituído [...] Assim, mais do que território como substância, é preciso admitir os processos de tornar próprios os espaços, enfim, de processos de territorializações e, assim, de territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 260-261).

Portanto, a dinâmica territorial da ocupação estudada, a formação e o desenvolvimento de sua territorialidade e as práticas espaciais dos atores envolvidos ajudam a compreender as táticas e estratégias de poder utilizadas para viabilizar o funcionamento do “autogoverno”, sem perder de vista as limitações de abrangência e autonomia de uma ocupação que se situa num contexto profundamente marcado pela heteronomia. Assim, não são os modelos de sucesso que interessam, mas a multiplicidade de saídas, soluções e mecanismos construídos por esses protagonistas para enfrentar os obstáculos com os quais se deparam concretamente, ou seja, o caráter estratégico de suas ações.

⁸ Sobre o “ter” e o “ser” do território, ver Deleuze e Guattari (1997).

⁹ Sobre as qualidades expressivas do território, ver Deleuze e Guattari (1997).

A TERRITORIALIZAÇÃO MOMENTÂNEA DE UM CENTRO ITINERANTE: RASCUNHOS DE UM TERRITÓRIO

A forma de organização das ocupações pertencentes à “variante por coletivo” divide os seus integrantes em duas categorias que, apesar de distintas, atuam conjuntamente: o Coletivo e o Apoio. Embora seja fácil delimitar o Coletivo, pois nele se inscreve o conjunto de moradores de uma ocupação, a delimitação do Apoio é mais complexa, tendo em vista que ela reúne um grupo de indivíduos cujas relações com o movimento dos sem-teto são diferenciadas. Em geral, o Apoio abrange indivíduos que participam do movimento, seja no planejamento e execução da ação direta, seja em atividades culturais ou políticas, mas que não compartilham a identidade de sem-teto (estudantes, simpatizantes etc.). Contudo, no período que antecede a ação direta sobre o imóvel, moradores de outras ocupações da mesma variante que se engajam em novos “processos”¹⁰ (e que, portanto, não fazem parte do Coletivo ainda desterritorializado) também se autodenominam integrantes do Apoio. Desse modo, cada categoria remete ao posicionamento do indivíduo em relação ao processo no qual ele está diretamente inserido, e esse posicionamento condiciona a sua atuação política no movimento. Vale lembrar que, mesmo anteriormente à ação direta, o Apoio possui apenas direito a voz, cabendo aos moradores (ou, no caso, os futuros moradores) a deliberação formal através do voto.

Portanto, tendo em vista as especificidades das relações de poder instituídas por esta variante do movimento dos sem-teto, buscamos na Antropologia Social, mais especificamente nos trabalhos de Marc Swartz (1966; 1968), dois conceitos que constituem ferramentas importantes para a compreensão da dinâmica e do funcionamento das relações de poder no interior da ocupação de sem-teto estudada¹¹, por se tratar de um contexto no qual os indivíduos e grupos não dominam uns os outros, mas se influenciam mutuamente por meio da persuasão. Segundo Swartz (1968), o “campo político” é formado por aqueles que estão envolvidos diretamente com os processos políticos e suas fronteiras se definem a partir da convergência de interesses, valores, significados, recursos

¹⁰ Os ativistas desta variante costumam se referir ao “processo” como um termo que designa o período que vai desde o início das reuniões semanais (anterior à ação direta) até a suspensão da ameaça iminente de despejo.

¹¹ Ressalta-se que tais conceitos já foram amplamente utilizados por outros autores, como, por exemplo, Santos (1981); Souza (2009c), Teixeira (2009), Grandi (2010), e Almeida (2011).

e relações dos participantes. Contudo, o autor ressalta a utilidade de um segundo conceito, a “arena política”, que abarcaria aqueles que estão diretamente envolvidos com os participantes dos campos, sem estarem, porém, diretamente envolvidos com os processos que os definem. O campo, portanto, está incluído na arena, e seus integrantes “operam em, pelo menos, dois conjuntos de relações: com indivíduos, grupos, e com recursos, regras e valores conectados a cada conjunto” (SWARTZ, 1968, p. 12 [tradução livre]).

Mesmo no período que antecede a ação direta sobre o imóvel (no âmbito das reuniões preparatórias), esta variante do movimento dos sem-teto instaura duas arenas de atuação política. A primeira remete ao conjunto de futuros moradores e, posteriormente, ao território da ocupação propriamente dito, que delimita uma fronteira clara entre os moradores (*insiders*) e os apoiadores (*outsiders*). A segunda, a arena secundária, abrange o movimento dos sem-teto como um todo, incluindo ativistas que integram a “variante por coordenação”. Durante o período de territorialização instável (quando a ameaça de despejo é ainda iminente), o “grupo de apoio”¹² configura um campo político na arena primária, sem poder formal de deliberação, mas que, paradoxalmente, possui um papel central na organização do processo¹³. Autonomia e heteronomia são opostos, mas não se excluem mutuamente. Dizer que existe algum grau de hierarquização no processo de ocupação da “variante por coletivo” não significa o mesmo que dizer que o grupo de apoio determina os encaminhamentos. Como revela, em entrevista, uma moradora da Quilombo, é preciso refletir também sobre a “vitimização” dos sem-teto por parte de pesquisadores e apoiadores:

É mentira que tem lá um pessoal sem-teto e coitados deles, que o Apoio tá dominando, manipulando, é mentira! Não existe essa relação! É uma fantasia

¹² O grupo de apoio (constituído tanto de indivíduos não moradores de ocupação, quanto de moradores de outras ocupações) é formado por uma parcela do Apoio (que configura um termo amplo e abarca também indivíduos “flutuantes” no movimento), responsável por organizar as reuniões preparatórias (que costumam ocorrer por muitos meses), e planejar a territorialização do espaço a ser ocupado. Contudo, ele não só prevê como objetiva a sua própria desterritorialização pelo Coletivo que ajudou a formar, visto que desde o início do processo, seus integrantes não têm poder de voto nas assembleias.

¹³ Vale ressaltar, ainda, que o único instrumento de persuasão do grupo de apoio é a palavra que, por sua vez, está condicionada a um certo número de regras (tempo de fala, respeito à inscrição etc.). Este não possui nenhum poder formal de decisão sobre quem entra ou sai do processo. Contudo, é ele quem decide o formato político e organizativo a ser adotado. Mesmo assim, logo que é feita a ocupação e a situação se acalma, o poder de persuasão do grupo de apoio diminui consideravelmente, em parte devido ao formato imposto por ele mesmo no início do processo.

cultural porque eu acho que a gente identifica isso porque como é o Apoio que normalmente é composto por pessoas universitárias, vem de uma outra cultura, vem de outra classe social... então eu acho que é até uma visão de preconceito. Assim, enquanto o sem-teto, coitado, que tá lá sofrendo, que não tem casa e tal. É uma visão de preconceito com uma visão romantizada. Hoje eu acho que a gente tinha que debater isso. Até que ponto as pessoas dominam ou são dominadas? Até que ponto o Apoio domina o processo ou são as pessoas que utilizam desse processo para conseguir o que querem. A gente tem que começar a desromantizar a realidade porque é essa realidade que se estabelece quando você ocupa. Antes de dizer que manipulou ou não, tem que pensar nisso. A Quilombo atropelou os apoios.¹⁴

Durante as reuniões preparatórias, e enquanto o cadastro está aberto, novos integrantes do Coletivo são apresentados por integrantes mais antigos. Para além das redes constituídas por vínculos formais mais visíveis, há aquelas que permanecem “submersas” (ZIBECHI, 1997), tecidas por relações cotidianas, informais, mas que arquitetam uma malha densa, na qual conexões são acionadas quando necessário. As “redes submersas” percorrem longas distâncias no espaço para atrair novos moradores, captando indivíduos e engajando-os num único movimento.

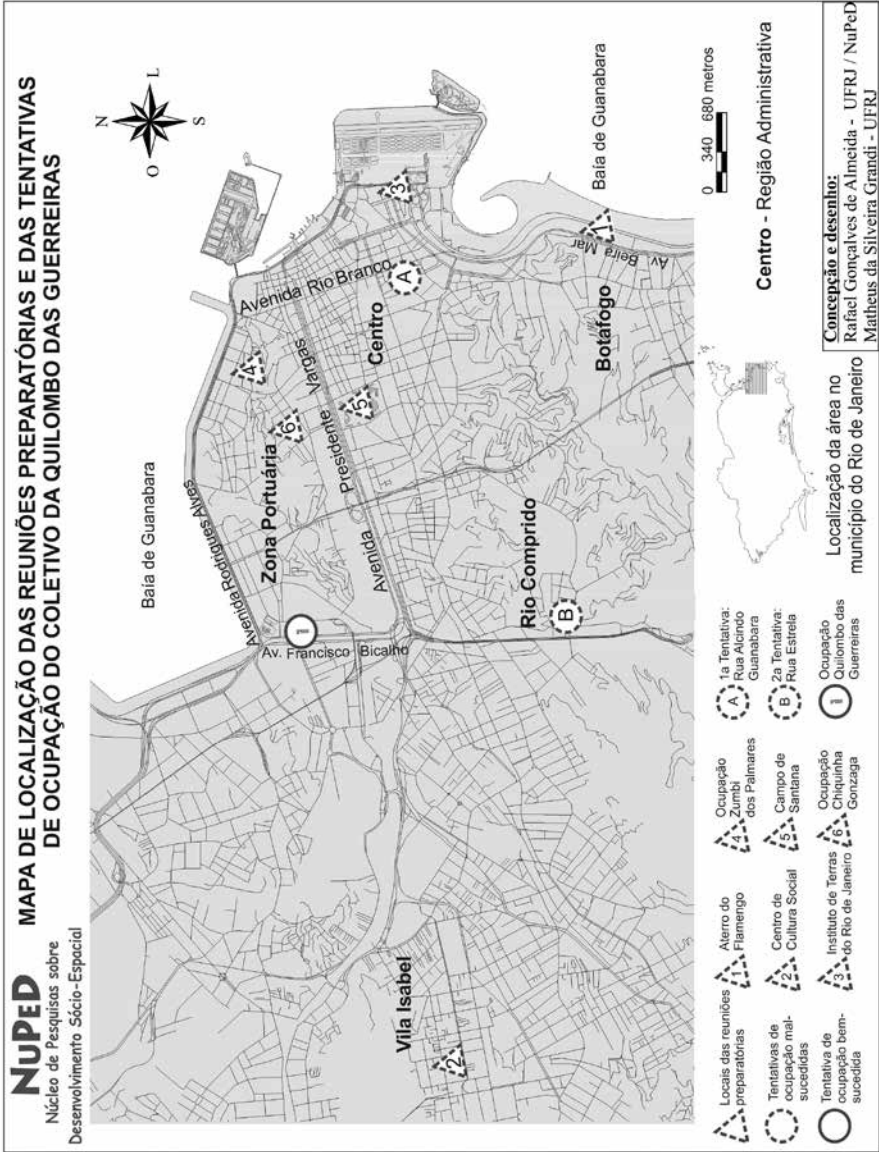
Como eu trabalho como guardador de carro ali perto do Campo de Santana, e como eu tava com uns problemas familiares, através da Cissa, que é moradora aqui, eu conheci ela num ponto de carro, e já tinha levado ela para morar lá no Nova Aurora. Ela era camelô e eu guardava carro no mesmo trajeto. Aí ela me falou: ‘Poxa, Pedro, tá havendo reuniões de ocupações.’ Aí foi que eu perguntei: como é esse negócio? Ela me disse que é entrada de prédio, mas que é tudo dentro da lei. Aí eu falei: bom, se é assim, eu vou entrar. Aí foi que através dela, eu fui pra reunião.¹⁵

O grupo, reunido, territorializa-se momentaneamente ao redor do grupo de apoio. A atividade é clandestina e as reuniões, itinerantes. Ora os ativistas se apropriam de outra ocupação, ora de um centro cultural e ora apropriam-se da rua. No processo da Quilombo, muitos foram os locais que abrigaram por algumas horas as reuniões de preparação: Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, CCS (Centro de Cultura Social), Campo de Santana (localizado próximo à Central do Brasil), Aterro do Flamengo etc. Desse modo, o grupo traça um centro momentâneo e começa a delinear um estilo próprio (ver Mapa 1).

¹⁴ Entrevista realizada em 15 de maio de 2011 com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras.

¹⁵ Entrevista realizada com morador da ocupação Quilombo das Guerreiras no dia 29 de janeiro de 2011.

MAPA 1



As formas simbólicas experimentadas pelos grupos de ocupantes de prédios públicos no centro da cidade do Rio de Janeiro se constroem em um determinado espaço no qual morar envolve, também, uma mudança na maneira de se relacionar socialmente, tendo em vista uma estrutura organizativa que intensifica o encontro, os embates, a vivência comunitária (OLIVEIRA, 2009, p. 98).

Essa mudança na maneira de se relacionar socialmente se constitui durante as reuniões preparatórias, que instauram normas e formas de conduta. O respeito à fala do outro, ao tempo de fala e às inscrições não é mero formalismo, mas uma estratégia que permite a intensificação dos embates ao mesmo tempo em que evita a ruptura. Ao invés de reprimir o conflito, busca-se administrá-lo. Não é à toa que, no início do processo, é preciso estar atento aos desvios de conduta em reunião, pois não é raro que indivíduos entrem em conflito, levantem a voz, interrompam as falas, passem por cima das inscrições e tumultuem a reunião. Assim, o grupo de apoio e os integrantes do Coletivo intervêm no sentido de ressaltar a importância do “ritual” e garantir que os procedimentos formais sejam devidamente respeitados. Portanto, mesmo no período que antecede a ação direta, a instauração efêmera de um centro já começa a esboçar características da territorialidade, sob uma forma particular de organizar, diferenciar, dispersar, concentrar e alocar as relações de poder no espaço. Mesmo sem haver, ainda, se apropriado do substrato espacial material em si, o Coletivo “pega emprestado” um espaço no qual possa ensaiar a sua territorialidade e já divide os votos em unidades de moradia. Esse território, a respeito do qual se discute, legisla e delibera, é ainda materialmente inexistente. Contudo, nem por isso está desvinculado da materialidade, pois sua existência, mesmo que ainda fictícia, está condicionada pela materialidade ainda não territorializada, que é usada como referência, visto que a perspectiva de “conquistar um território” é aquilo que funda e dá sentido à formação do grupo. A territorialização itinerante do Coletivo ensaia seu campo estratégico para o exercício de um poder que emana da própria coletividade e que só poderá continuar a se reproduzir a partir da apropriação de um substrato espacial material. Assim, no processo de formação de um Coletivo (durante as reuniões preparatórias), o trabalho do grupo de apoio é precisamente o de instaurar distâncias não hierárquicas entre si e o conjunto dos moradores e, ao mesmo tempo, entre os próprios moradores em suas relações recíprocas.

O território não é uma mera demarcação no espaço, mas decorre da configuração de relações de poder específicas. Ao diferenciar-se, o território condiciona a maneira como seus integrantes se relacionam entre si. A ocupação

é formada por “estrangeiros” e “desconhecidos”, mas o território congrega e une o grupo, delimita as fronteiras de uma identidade em formação. O evento fundador do território remete à aventura de um grupo em movimento, repleto de simbolismos e significados¹⁶. Assim, a própria constituição do território torna-se um símbolo que ajuda a compor a imagem espacial que se tem sobre a ocupação. O sucesso da ação direta, a tomada do território, inaugura, portanto, uma nova etapa no processo de territorialização da ocupação.

A DISPUTA EM TORNO DA DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA

Tendo em vista que as ocupações do movimento dos sem-teto constituem “territorializações de confronto” (SOUZA, 2010, p. 36), a delimitação de fronteiras é um desafio que necessita da elaboração tática de práticas espaciais que, sem recorrer à violência, possam garantir a apropriação do espaço. A fronteira é sempre ambígua: ao mesmo tempo em que se volta para dentro para dar forma àquilo que se constitui como interior, projeta-se para fora e conecta-se com a aquilo que é exterior. Ora é o interior quem dita sua abertura e seu fechamento, ora é o exterior quem decide. Na disputa pelo território, há todo um jogo estratégico que tem a fronteira como lócus privilegiado. Logo após a entrada dos ocupantes no edifício, sua primeira tarefa é lacrar todas as entradas do prédio e vigiá-las. Ninguém sai e ninguém entra.

Desde as reuniões preparatórias, o grupo de apoio explica que, ao entrar na ocupação, as primeiras 72 horas são críticas e, geralmente, nenhum morador pode sair do prédio. Contudo, não é raro que esse tempo seja estendido. Na Quilombo, o período de confinamento durou 17 dias e foi marcado por um movimento acentuado de fechamento que não ocorreu apenas por iniciativa interna, visto que o trabalho da polícia, nesse período, se resumiu a intensificá-lo, impedindo a entrada até dos mantimentos necessários à sobrevivência dos ocupantes. Na verdade, há um jogo complexo de abertura e fechamento do território, que gira em torno do controle da fronteira. O grupo de ocupantes busca vedar a entrada da polícia, mas se articula com o “apoio externo”¹⁷ a fim de criar pequenas

¹⁶ Cf. Souza e Teixeira (2009).

¹⁷ Após a “territorialização em sentido estrito”, e apenas no período de maior instabilidade, o grupo de apoio se divide em apoio externo e apoio interno. Enquanto o primeiro permanece do lado de fora da ocupação para auxiliar na entrada de mantimentos e dificultar a atuação da polícia, o segundo entra na ocupação junto com os moradores para ajudar na organização interna.

frestas momentâneas para a entrada de mantimentos, sem que a polícia perceba. O grupo, que é o agente da territorialização, resguarda tanto o lado interno da fronteira (com a organização de portarias e rondas periódicas), quanto o seu lado externo (com as vigílias noturnas do apoio externo). Assim, práticas espaciais com objetivos táticos foram elaboradas para efetivar o controle sobre o território ocupado.

Uma dessas práticas espaciais é o adensamento e expansão da faixa de fronteira. O apoio externo se posiciona na parte interna e na parte externa da grade (ver Figura 1), criando uma zona de transição na qual os agentes desterritorializadores (no caso da Quilombo, representado pela Guarda Portuária) têm suas ações constantemente vigiadas e questionadas.

O pessoal do Apoio acabou virando um grande corredor de proteção, porque quando eles impedem que pessoas e comida entrem pela janela, a gente começa a colocar pessoas pra dentro por um buraco na grade que é pras pessoas poderem entrar, elas passavam escondidas pelo Apoio que estava ali na “piscina”.¹⁸

O apoio externo mantém-se na faixa de fronteira e extravasa o terreno anexo ao prédio. Há uma preocupação constante com uma possível invasão da polícia à noite, quando o movimento de pessoas na área diminui. Assim, o apoio externo monta acampamento e dorme na rua. Além disso, os ativistas utilizam o “adensamento da faixa de fronteira” para encontrar meios de passar os suprimentos para dentro e permear o bloqueio policial. Internamente à ocupação, as comissões de trabalho (organizadas nas reuniões preparatórias) se dividem, e o Coletivo, ao mesmo tempo em que garante a segurança interna da fronteira e a articulação com o apoio externo, reorganiza e refuncionaliza os espaços da ocupação (como veremos a seguir).

[A] gente passou muita situação aqui, de não poder entrar comida, não poder entrar água. Comida e água só entravam no começo da ocupação, quando o direitos humanos tavam aí. A gente passava as pessoas pelas janelas, tinha uma grade que uma parte tava quebrada, a gente cerrou e as pessoas passavam por baixo da cerca. Tinha um buraco, lá no cantinho da cerca, lá na frente da ocupação, por onde as pessoas passavam também.¹⁹

¹⁸ Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2011 com integrante do grupo de apoio de todas as ocupações da “variante por coletivo”.

¹⁹ Entrevista realizada em 15 de maio de 2011 com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras.



Figura 1: Imagem do apoio externo (APX) dividido entre aqueles que permaneciam na parte de dentro da grade (APX1) e aqueles do lado de fora da grade (APX2), em frente à ocupação Quilombo das Guerreiras (foto de Felipe Proença).

A REFUNACIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO COMO ESTRATÉGIA: DA DETERMINAÇÃO MOMENTÂNEA DE UM CENTRO PARA A ORGANIZAÇÃO DE UM ESPAÇO

Para melhor compreender a dinâmica da distribuição dos espaços internos e sua vinculação com a organização político-espacial da ocupação, dividi os croquis da Quilombo das Guerreiras em dois momentos distintos: o primeiro se refere ao primeiro mês de ocupação e corresponde ao momento de maior perigo de despejo; o segundo remete à organização espacial atual da ocupação. Além das diferentes funções, os croquis buscam representar o grau de vitalidade pública dos diferentes espaços.

Os espaços coletivos da ocupação não são, obviamente, logradouros públicos, nos marcos do “Estado democrático de direito”, pois não são acessíveis a todos os cidadãos. Contudo, segundo Souza,

mesmo sob o regime ‘democrático’-representativo um logradouro público pode ser alvo de uma ‘privatização branca’, ao passo que, por exemplo, uma ocupação de sem-teto pode se mostrar, a despeito de um certo grau de ‘fechamento’ (para fins de proteção), ao mesmo tempo bastante aberta para o exterior e internamente dotada de uma cena pública dinâmica e democrática. A qualidade de ‘público’ de um espaço não parece, assim, ser uma questão de ‘tudo ou nada’, mas sim de níveis de intensidade (SOUZA, 2008, p. 82).

Desse modo, Souza rejeita a perspectiva que assume o público e o privado como dois conjuntos herméticos e diametralmente opostos (como se um fosse

definido pela negação do outro), mas como um *continuum* complexo que permite a possibilidade de estabelecer o que ele chama de “graus de consistência da esfera pública”. Assim, os espaços coletivos, dependendo da função que exercem e das relações que abrigam, possuem, entre si, diferentes níveis de vitalidade pública.

Quanto maior a autonomia coletiva e individual, assim como o nível de acessibilidade e pluralismo, evidentemente, maior será o ‘grau de consistência’ da esfera pública e, por tabela, maior o ‘grau de vitalidade e densidade’ dos espaços públicos enquanto tal. (SOUZA, 2008, p. 83).

Tal perspectiva nos ajuda a compreender as mudanças nas relações sociais (e de poder) que a refuncionalização dos espaços da ocupação promove²⁰. Nesse sentido, o espaço com maior densidade pública da ocupação é aquele no qual a autonomia individual e coletiva torna-se mais evidente, a saber, os espaços que abrigam as assembleias, pois conformam espaços-tempo em que as trajetórias de todas as famílias se entrecruzam. Os entrecruzamentos dos espaços que promovem o encontro e o estreitamento de laços de amizade, como o terraço, a cozinha coletiva, o salão de festas etc. são mais cuidadosamente selecionados, evitando (sem, contudo, impedir) a manifestação de conflitos. Os espaços de passagem, como corredores e escadas, apesar de permitirem o acesso de todos os moradores, não estimulam, tanto quanto os anteriores, o aprofundamento dos vínculos interpessoais. Mesmo assim, possuem um importante papel político na ocupação, seja para testar propostas ou para tecer alianças antes e depois das assembleias²¹.

No croqui (Figura 2), podemos observar a organização espacial interna da ocupação durante o primeiro mês após a entrada no prédio. Trata-se de um período de grande tensão com o Estado, e a organização espacial interna foi pensada para facilitar a resistência à repressão da Guarda Portuária e da Polícia Militar. Ao invés de quartos individuais, organizam-se quartos coletivos no segundo andar, que facilitam a mobilização rápida dos moradores. Já a cozinha coletiva tem um papel fundamental, tanto para a alimentação dos moradores, quanto para a socialização, pois promove vínculos de companheirismo, desde que envolve um trabalho que é preciso realizar coletivamente. A sala das crianças é igualmente um espaço que

²⁰ Neste artigo trabalho somente com a refuncionalização dos espaços de uso coletivo da ocupação. No entanto, vale mencionar a dissertação de mestrado de Moreira (2011), visto que ela trabalha a refuncionalização dos espaços privados de acordo com as relações de poder que se constituem no núcleo familiar e, também, as influências recíprocas entre essas relações (da esfera privada) e as relações que se dão no âmbito dos espaços de uso coletivo da ocupação Quilombo das Guerreiras.

²¹ Ver Almeida, Grandi, Moreira (2009).

detém uma função importante na resistência, pois permite não só agrupar todos os pequenos sob os olhos vigilantes da comissão responsável (coletivizando o cuidado com eles), como também garantir que tenham um lugar onde possam brincar.

Comparando-se os dois croquis da organização espacial interna da ocupação, podemos observar a substituição dos quartos coletivos por unidades de moradia e, ainda, mais uma refuncionalização, que desloca a cozinha coletiva para o terceiro andar e constrói dois quartos em seu lugar. A sala das crianças também é transformada em moradia, mas, em compensação, novos espaços coletivos são constituídos, como o salão de festas e a sala de reuniões (que antes configuravam áreas de segurança), além da biblioteca e do espaço de produção²². O quarto e o quinto andar são limpos e destinados a abrigar novas unidades de moradia. A estabilização permite o aprofundamento da territorialização a partir da apropriação dos espaços ainda ociosos pelo Coletivo e de sua refuncionalização. Em geral, entre 2006 e 2010, assistimos à divisão das unidades de moradia, disponibilizando mais espaços para uso privado, e à extinção do quarto do Apoio, para abrigar mais uma família de moradores. Em suma, aos poucos, a ocupação (marcada por uma territorialização de confronto) se transforma em moradia, a partir da refuncionalização dos espaços. No entanto, mesmo com a constituição de espaços de uso privado, os moradores se preocupam em manter espaços coletivos que proporcionem o encontro e a convivência, visto que são de grande importância para a viabilização da gestão coletiva da ocupação²³. Contudo, a passagem para um contexto de maior estabilidade também implica modificações nas relações de poder internas à ocupação. Uma dessas modificações é a desterritorialização do grupo de apoio, como veremos a seguir.

A DESTERRITORIALIZAÇÃO DO GRUPO DE APOIO

Embora o grupo de apoio mantenha um papel de destaque e componha um campo político coeso e atuante na arena primária, com a ocupação do imóvel, esse campo do grupo de apoio é reduzido a apenas alguns poucos ativistas que assumem o papel de apoio interno. Assim, enquanto nas reuniões preparatórias (no âmbito da arena primária), o campo político do grupo de apoio conta com a participação de todos, posteriormente, ele fica significativamente reduzido.

²² Ver Almeida (2009).

²³ Sobre a importância destes espaços para a organização política interna da ocupação, ver Almeida, Grandi e Moreira (2009).

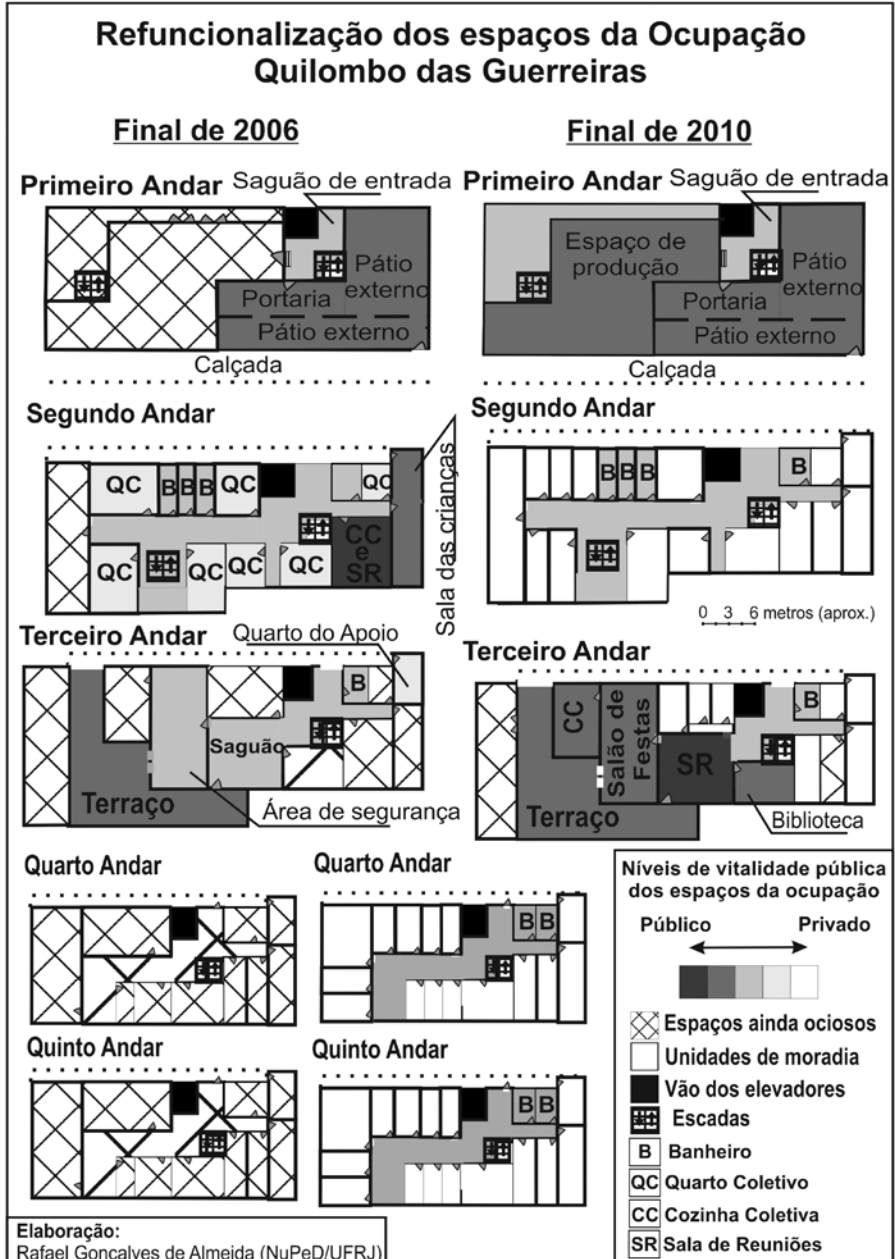


Figura 2

O apoio interno era responsável por ajudar na própria construção do Coletivo. Na consolidação disso. Porque as reuniões preparatórias, na verdade, é um processo de convencimento, de formação, mas colocado em prática, na prática a teoria é outra. Então quando começam a surgir conflitos é preciso garantir que o regimento interno, mesmo que se modifique, tem que ser respeitado o acordo coletivo para poder garantir a boa convivência no espaço da moradia. Então, o apoio interno tem muito essa atuação de contribuir para a construção do Coletivo enquanto espaço de poder popular.²⁴

Depois do prédio ocupado, durante o segundo momento (territorialização instável), o grupo de apoio ainda possui um papel de destaque na organização interna da ocupação. No entanto, logo que a conjuntura se estabiliza, surge um campo político formado por moradores que demanda a retirada total do grupo de apoio das assembleias. A partir daí, o eixo de rotação que reúne e organiza os moradores passa a ser, de fato, o Coletivo, e não mais o grupo de apoio, que é excluído da arena primária, sendo impedido de participar das assembleias semanais.

Quando somos bem sucedidos no processo de discussão sobre organização coletiva, essa assimetria do poder entre Apoio e moradores é muito bem respondida por eles. Principalmente nas primeiras semanas, há uma tentativa de entortar a árvore para o outro lado. Em todos os processos, os conflitos que se tem com o Apoio são no sentido de dizer: 'Não vamos aceitar isso! Nós moradores temos que estar juntos para não aceitar essa influência externa!' Então aqueles que vão ganhando espaço político, ganham muito nessa diferença de poder para a retirada total do poder. Então eles se apropriam do poder de imediato. Se nós continuarmos sendo bem sucedidos, mais tarde, nós conseguimos viver em harmonia. Mas sempre explode esse conflito pelo fim do poder do Apoio. O que eu acho muito positivo. É sinal que tivemos algum resultado na busca pela autogestão!²⁵

Com a retirada do grupo de apoio da arena primária, o campo formado por moradores que demandam a saída daqueles que não fazem parte do Coletivo se desfaz, e novos campos políticos se formam (ver Figura 3)²⁶. Este é um momento crítico para a organização coletiva da ocupação, pois é precisamente a partir daí

²⁴ Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2011 com integrante do grupo de apoio de todas as ocupações da variante por Coletivo.

²⁵ Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2011 com integrante do grupo de apoio de todas as ocupações da variante por Coletivo.

²⁶ O grupo de apoio se retira das reuniões deliberativas e só pode participar se convidado ou com o consentimento do Coletivo. Mesmo assim, o grupo de apoio não se extingue. Ele se reorganiza em torno de atividades culturais, políticas e educativas, desenvolvendo atividades com as crianças, realizando grupos de estudo, cursos de informática, promovendo debates e palestras etc. Ou seja, ele se reinventa e se reposiciona politicamente em relação ao Coletivo da ocupação.

que as diferenças entre os moradores, que antes recebiam uma mediação cuidadosa do grupo de apoio, se intensificam e geram conflitos. Lembro que o formato político-organizativo não foi uma escolha dos moradores, não se constituiu a partir da discussão coletiva. Ele foi imposto pelo grupo de apoio no início do processo. Assim, após a sua saída, esse formato político-organizativo é questionado pelos moradores (alguns deles, inclusive, com incentivo externo de partidos, sindicatos ou outras organizações dos movimentos sociais) que podem ou não passar a demandar a formação de uma coordenação. A seguir, veremos como essa dinâmica de campos e arenas políticas se instituiu de forma diferente em duas ocupações desta variante do movimento. Além disso, veremos como tal dinâmica não só incide na organização espacial da ocupação (modificando sua territorialidade), como também condiciona os comportamentos de seus moradores.

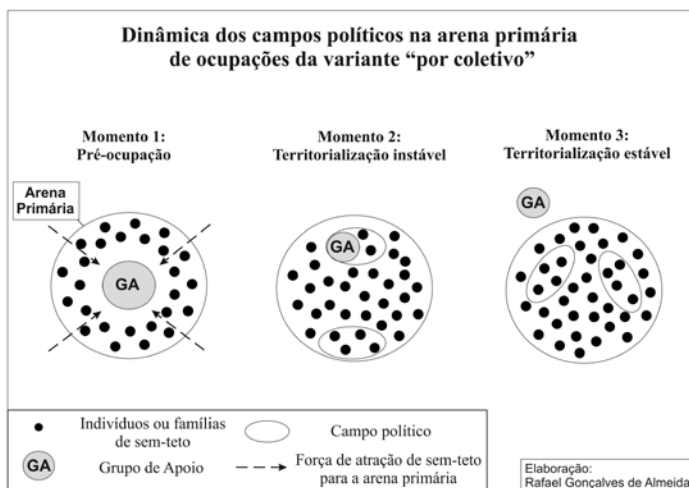


Figura 3

A TERRITORIALIDADE EM DISPUTA: O EMBATE ENTRE DOIS PROJETOS POLÍTICOS NA OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA

As duas ocupações que mantiveram uma organização interna inspirada na autogestão (as ocupações Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras) passaram por processos políticos bastante similares. Contudo, embora ambas tenham realizado da mesma forma a exclusão do campo referente ao grupo de apoio e a posterior constituição de dois campos que têm como principal diferença o modelo político-organizativo, o resultado desse embate foi diferente

em cada uma delas. Na Chiquinha Gonzaga, o grande número de ocupantes já ativistas de outros setores, como o sindical e o partidário (incluindo uma forte presença de ativistas sem-teto filiados ao Partido dos Trabalhadores – PT, devido à presença da Central de Movimentos Populares - CMP²⁷ no processo de ocupação), levou a uma ruptura que conformou dois campos políticos relativamente estáveis e bem demarcados: um, que Grandi (2010) denominou de campo centralista, e outro, por ele denominado campo “autogestionário”²⁸. Assim, até hoje, na Chiquinha, há um embate aberto entre dois campos estáveis e bem demarcados que ao longo dos anos alternaram sua preponderância sobre a arena (ver Figura 4). Já na Quilombo, esse embate levou à hegemonia do campo que defende a organização horizontal, dando início a uma nova dinâmica de campos e arenas (como veremos mais à frente).

Vejam, brevemente, como esse embate entre um campo centralista e um “autogestionário” incidiu no espaço da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Em 2005, dois eventos marcaram a dinâmica política dos dois campos na referida ocupação: o primeiro foi a fundação da Associação de Moradores Chiquinha Gonzaga, e o segundo foi o processo que levou à constituição da Ocupação Zumbi dos Palmares e que promoveu o deslocamento de um grande número de moradores e apoiadores da Chiquinha para o novo processo. A criação da Associação de Moradores, que seria apenas uma ferramenta jurídica, terminou oferecendo ao campo centralista uma oportunidade para enfraquecer as assembleias do Coletivo (ver Figura 4).

O Coletivo andou muito enfraquecido. Algumas pessoas tomando decisões, depois que montou a Associação. Então ficou assim, geralmente meia dúzia, não tomando decisões na assembleia, porque na assembleia às vezes eles nem apareciam, mas tomavam decisões lá fora. Participavam de coisas lá fora em nome da Chiquinha Gonzaga. Mas na assembleia mesmo elas não tinham nem voz. Pouco participavam, e, quando participavam, também não tinham muito argumento pra falar nada.²⁹

²⁷ As ocupações desta variante foram organizadas por uma frente (já extinta) chamada Frente de Luta Popular (FLP) que, em conjunto com a CMP, ocuparam o primeiro imóvel desta variante: a Ocupação Chiquinha Gonzaga. Contudo, nenhuma das duas organizações jamais reivindicou o controle sobre as assembleias, tendo respeitado a autonomia do Coletivo de moradores. Para mais informações, ver Almeida (2011), Grandi (2010), Souza (2010) e Teixeira (2009).

²⁸ Ressalta-se que o referido autor pôs a última palavra entre aspas para ressaltar que se trata, na verdade, de um campo inspirado em valores de cunho autogestionário.

²⁹ Entrevista realizada por Matheus da Silveira Grandi, em 16 de maio de 2009, com moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Grandi (2010), que estudou a fundo a referida ocupação, elaborou um esquema gráfico da dinâmica dos campos políticos em três momentos distintos – 2004 (ano em que o prédio foi ocupado), 2006 e 2009 – e, além disso, croquis da referida ocupação. Faço aqui algumas modificações e adaptações apenas para ressaltar graficamente aquilo que ele já havia concluído, ou seja, que o enfraquecimento do campo “autogestionário” e sua posterior rearticulação se manifestam concretamente no espaço a partir de sua refuncionalização. Enquanto em 2004, o campo “autogestionário” encontrava-se fortalecido pela presença do grupo de apoio e pelo engajamento de seus integrantes na arena primária, em 2006 a situação já havia se invertido devido ao envolvimento dos integrantes desse campo em novos processos (no caso, a Zumbi dos Palmares [final de 2005] e a Quilombo das Guerreiras [2006]). Nota-se, por exemplo, que os espaços destinados à cozinha coletiva e à Associação de Moradores foram destinados ao uso privado, e a sala das crianças foi transformada em sede da Associação (ver Figura 5). Já em 2009, com o enfraquecimento do campo centralista – em parte devido a conflitos internos ao próprio campo – e a rearticulação do campo “autogestionário”, os espaços onde, em 2006, foram instalados a sala da Associação e o depósito (no segundo andar), passaram a abrigar a sala de informática e a cozinha coletiva, respectivamente.

Assim, ocorre uma refuncionalização dos espaços que termina por ressaltar características mais públicas. A sala da Associação é, em tese, um espaço coletivo, porém, possui um “grau de consistência da esfera pública” reduzido, visto que não é utilizada, de fato, pela coletividade, mas apenas por membros do grupo que a compõe. Com a refuncionalização, surgem dois novos espaços coletivos que promovem interações entre moradores e entre estes e os apoiadores. Portanto, ao mesmo tempo em que a refuncionalização é um produto da rearticulação do campo “autogestionário”, ela mesma fortalece as relações incentivadas por este campo e consolida a sua preponderância sobre a arena primária, aumentando o “nível de intensidade pública” dos espaços coletivos. Desse modo, a dinâmica dos campos e arenas também deixa suas marcas no espaço, através de práticas espaciais que transformam a territorialidade e a organização espacial da ocupação.

A territorialidade (suas características e sua organização), portanto, se transforma continuamente a partir das dinâmicas políticas que se desdobram como resultado das alianças e conflitos internos. Assim, as disputas políticas

projetam-se no espaço condicionando fluxos e (re)definindo funções para os espaços da ocupação. Em suma, podemos observar dois projetos políticos diferentes que envolvem territorialidades distintas. De um lado, o campo político centralista institui uma instância separada da coletividade que se materializa na constituição da sala da Associação. Esta cumpre o papel de inscrever no espaço (e ao mesmo tempo reforçar) a cristalização de hierarquias formais. Além disso, a gestão centralizada não depende de espaços coletivos densos em vitalidade pública, ou ao menos não tanto quanto no caso de uma organização política horizontalizada. De outro lado, o campo “autogestionário” organiza as relações de poder de forma diferente. As assembleias (espaço de grande densidade pública) e os espaços de convivência cotidiana (como aqueles que envolvem trabalhos ou atividades coletivas) são fundamentais para a viabilização de uma organização política horizontal. Como se vê, comparando a Figura 3 com a Figura 4, a alternância dos campos na Chiquinha permitiu observar modificações na organização espacial da ocupação, modificações estas que refletem as mudanças das relações de poder internas.

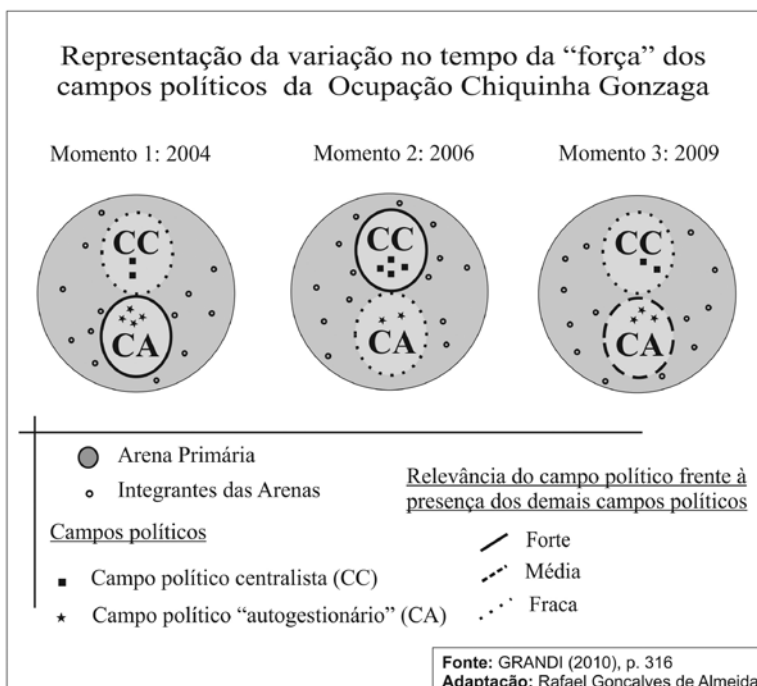


Figura 4

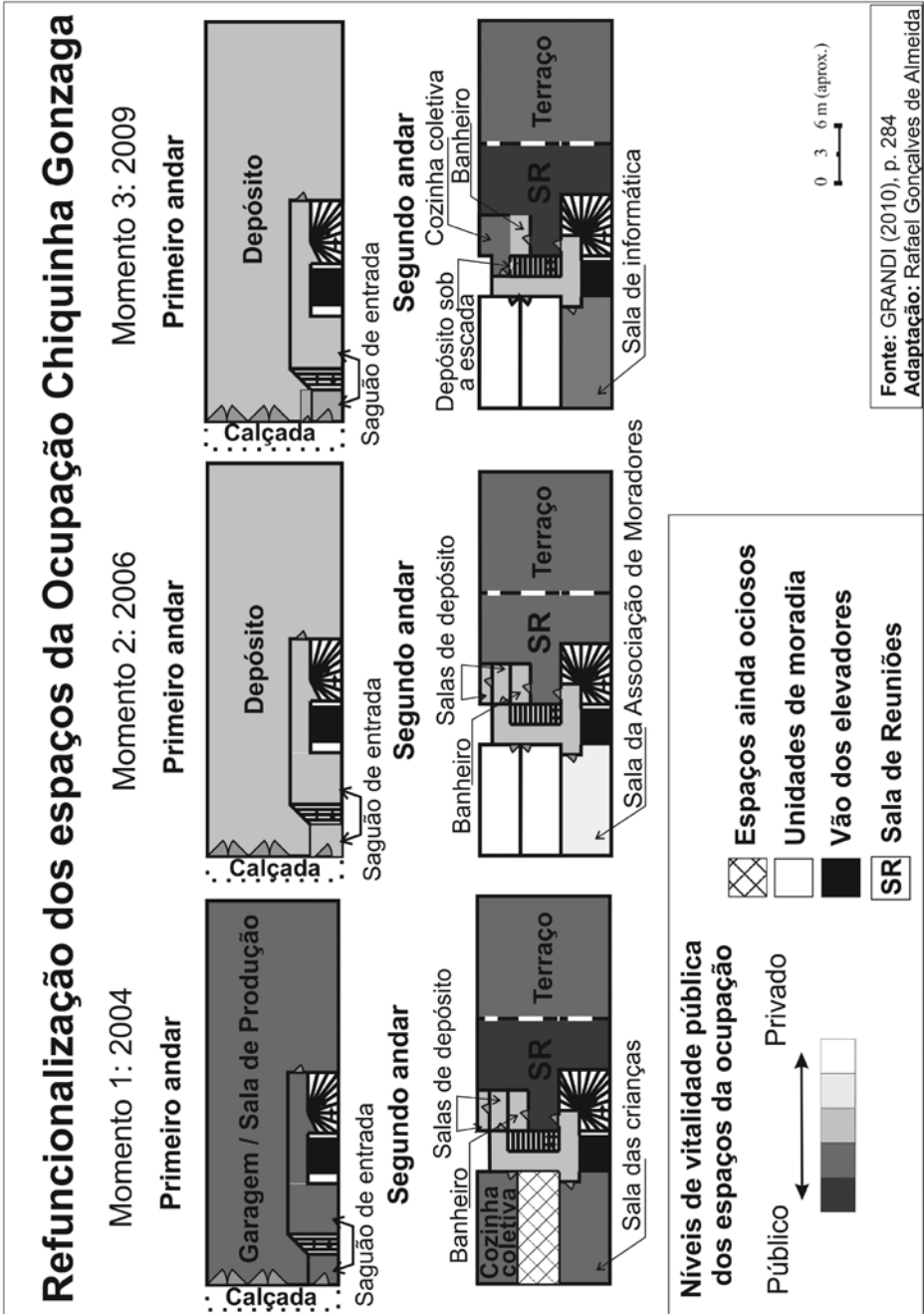


Figura 5

A HEGEMONIA DO CAMPO INSPIRADO NA AUTOGESTÃO NA OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS E AS ESTRATÉGIAS DE PODER DE UM TERRITÓRIO DISSIDENTE

No caso da Ocupação Quilombo das Guerreiras, um campo centralista (que defendia o modelo de coordenações) foi articulado de fora para dentro. Contudo, a pressão não foi exercida por partidos políticos e/ou sindicatos, mas por uma organização do movimento dos sem-teto que pertence à “variante por coordenação”.

A gente teve companheiros aqui de outro movimento que vieram apoiar. A gente teve uma manifestação que no dia 10 de outubro de 2006 era para ter saído e acabamos não saindo, mas a gente marcou uma manifestação para esse dia, então veio companheiros de outros movimentos e em um desses movimentos, o sistema era coordenação. E os companheiros ficaram aqui dentro assim, meio que tricotando, tricotando, tricotando... que a melhor maneira de organizar esse Coletivo seria por coordenação. E a gente achava legítimo puxar uma discussão sobre isso, que nós nos entendêssemos. Mas ele tentou fazer uma articulação de fora para dentro do Coletivo, né. Para tentar convencer de fora para dentro. [...] E aí os caras foram limados, assim, convidados a não participar mais.³⁰

Houve, portanto, a tentativa de articulação de um campo político centralista, que foi rapidamente abafada por aqueles que defendem a autogestão³¹. Como se trata de um formato político-organizativo horizontal, quando um campo adquire hegemonia sobre a arena, ele não passa a dominá-la. A hegemonia significa que a questão causadora da cisão foi resolvida; ou seja, significa que um dos campos conseguiu persuadir toda ou quase toda a arena. Com isso, outros campos surgem a partir de novas discussões e temas que, mais uma vez, provocam novas cisões no Coletivo. Mesmo assim, isso não quer dizer que o campo derrotado não possa voltar a se articular futuramente.

Diferentemente do caso da Chiquinha, na Quilombo não houve uma alternância de campos com projetos políticos distintos, mas a hegemonia de um mesmo projeto de organização política. Assim, os efeitos da dinâmica dos campos e arenas sobre a territorialidade, apesar de existentes, foram mais difíceis de detectar com precisão. Em geral, pode-se dizer que a hegemonia do campo “au-

³⁰ Entrevista realizada, em conjunto com Marianna Fernandes Moreira, com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em 31 de outubro de 2008.

³¹ Mesmo assim, pode-se dizer que um pequeno grupo de moradores terminou constituindo, se não um campo centralista, ao menos um campo menos comprometido com a organização por coletivo, que pressiona por assembleias menos frequentes e o fim da portaria. Contudo, pelo menos por enquanto, tal campo se encontra enfraquecido, e pode-se dizer que o campo político inspirado na autogestão conseguiu obter a hegemonia da arena primária.

togestionário” permitiu aprofundar a territorialização de práticas políticas com reduzidos traços de hierarquia. Novos espaços coletivos foram criados, como a biblioteca e o salão de festas, outros foram mantidos, como a cozinha coletiva e a portaria, e o trabalho de manutenção da ocupação continuou sendo realizado por meio da distribuição dos moradores em comissões de trabalho coletivo. Além disso, mecanismos de organização coletiva foram criados para lidar com problemas detectados no decorrer da experiência inspirada na autogestão, como o mecanismo de territorialização coletiva, que secundariza a apropriação privada conferindo ao Coletivo autoridade sobre o seu território, e o mecanismo de participação compulsória, seja no processo decisório, seja no trabalho de administração da ocupação. Enquanto o primeiro delimita a ocupação como jurisdição do Coletivo, isto é, do conjunto dos moradores, o segundo torna cada morador responsável tanto pelas decisões tomadas quanto pela sua execução.

O espaço da Ocupação Quilombo das Guerreiras é um espaço com múltiplos focos de poder, onde campos políticos se constituem e desaparecem continuamente, agregando pessoas, elaborando opiniões, conspirando, traçando linhas curvas e côncavas para reunir fluxos, mas, promovendo também conflitos, tensões, polêmicas. Quando estes se resolvem, os campos se desfazem, juntam-se à arena, rabiscam linhas convexas de dispersão, apenas para reuni-las mais à frente num outro desenho, num fundo de vale, e com um novo colorido. Os campos políticos são formados através da tessitura de redes submersas. Diversos fatores contribuem para o estabelecimento dessas redes e para a conformação dos campos, como, por exemplo, os vínculos referentes à identidade, ao parentesco, à convicção política, à afinidade etc. Contudo, nenhum deles determina, por si só, a conformação do campo. Tais fatores são áreas de possíveis convergências, trilhas prováveis tanto para a constituição das redes que conformam os campos quanto para aquelas constituídas pelos próprios campos em sua arena.

Na Ocupação Quilombo das Guerreiras, os campos políticos são bastante instáveis, condicionados que são pelo contexto das assembleias e pelos temas nelas tratados, tendendo, portanto, a se constituir na própria interação, como resultado desta. As múltiplas identidades que atravessam a arena primária (identidades que estabelecem laços anteriores à interação na arena, como vínculos familiares, religiosos ou étnicos, por exemplo) são contidas e evitadas tanto quanto possível para que os campos não sejam transcendentes à arena,

ou seja, para que a sua conformação não esteja subordinada a elementos que perpassem e extrapolem as interações na arena³².

Georg Simmel (2006) destaca que, em meio à multiplicidade de formas de “socição” existentes, há um “tipo ideal”, radicalmente democrático, que exclui das interações tudo o que representa de mais pessoal na vida, como o humor e o caráter, assim como as significações objetivas das personalidades, como a riqueza, a posição social, erudição, fama etc.: trata-se da “sociabilidade pura” (que, segundo ele, só se realiza quando está fundamentada em relações entre iguais). A “sociabilidade pura” é um “tipo ideal” de interação que instaura um meio de imanência porque faz surgir da própria interação um novo mundo. Ela invoca as exigências da vida por meio da forma e, a partir dela, incorpora e transforma o seu conteúdo. Por isso, Simmel afirma que as leis da sociabilidade são imanes como as da arte, pois não há um sistema comum de formas totalizadoras e sacralizadas (transcendentes) projetadas diretamente sobre um conjunto de relações, mas o livre embate e a livre associação de relações particulares, que fazem surgir da tessitura de conteúdos plurais (comuns e divergentes), uma malha nova de significações. Imaginário radical, já diria Castoriadis, esse fazer histórico que

estabelece e se dá outra coisa que não o que realmente é, e que há nele significações que não são nem reflexo do percebido, nem simples prolongamento e sublimação das tendências da animalidade, nem elaboração estritamente racional dos dados (CASTORIADIS, 2007, p. 177).

A “sociabilidade pura” depende, então, mais da forma do que do conteúdo, para permitir o mutualismo das determinações e interações entre os elementos heterogêneos da unidade, ou, em outras palavras, a expressão e discussão livre da opinião. Contudo, tratamos de um “tipo ideal” de interação no qual uma série de condições precisa ser contemplada, como a exclusão de tudo o que é inteiramente pessoal e material. Ora, como é possível excluir os interesses particulares, pessoais e materiais das discussões coletivas? Deleuze e Guattari (que dialogam com Simmel) lembram que, mesmo na Grécia Antiga (berço da democracia),

[n]ão se verá aí um mundo mais doce, tantas são as crueldades que a sociabilidade implica, as rivalidades da amizade, os antagonismos e as reviravoltas sangrentas de opinião (DELEUZE; GUATTARI, 2000, p. 116).

³² Sobre isso, favor consultar Almeida (2011).

A assembleia de moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, espaço-tempo no qual o Coletivo se materializa, nem sempre consegue evitar rompantes exaltados ou atitudes impulsivas, e é quase sempre marcada por um nível de tensão muito alto. Quando indagada se as pessoas deixam de fora das assembleias as questões puramente pessoais, uma moradora respondeu da seguinte maneira:

Não. Não deixam de fora, mas eu acho que tentam. Acho que já se desgastaram muito. A gente só aprende que não pode discutir coisa pessoal depois de muita assembleia porque isso acaba com as assembleias do Coletivo, e outros Coletivos que não se reúnem mais, não se reúnem por isso. Porque é muito divertido um ponto de pauta pessoal, é mais divertido do que um ponto de pauta político. Mas, depois de um tempo, não se suporta mais isso. E como é que a gente constrói um Coletivo se aquilo que se tem para falar para o Coletivo não é importante pro próprio Coletivo? Houve muita discussão até alguém estabelecer que ponto de pauta pessoal era para ser resolvido com o diálogo direto com a pessoa. Se for grave e o conflito não melhorar, aí é que vai para o Coletivo mediar. Mas até entender isso... Já houve muita briga, muito teatro... Quando as pessoas querem levar ponto de pauta pessoal, as próprias pessoas não permitem porque a gente prioriza os pontos que o Coletivo acha importante. E hoje em dia, a gente não discute mais do que três pontos por assembleia. Então o que é que a gente faz? A gente deixa pra discutir o ponto de pauta pessoal na próxima assembleia, só que na próxima assembleia, fulano e fulano já conversaram. A gente viu que as coisas se resolvem sem necessidade de virar ponto de pauta.³³

Há um processo de aprendizado coletivo que não pode ser negligenciado, especialmente tratando-se de uma organização antiburocrática, para a qual não há e não pode haver um único modelo pronto a ser seguido³⁴. Contudo, para além das táticas de mediação presentes no discurso da moradora, o Coletivo da Quilombo estabeleceu um espaço-tempo específico, com procedimentos bem definidos, que cumpre um importante papel na organização interna dos moradores. Na assembleia de avaliação, realizada uma vez por mês, a lista de moradores é lida e cada morador pode “destacar”³⁵ um membro do Coletivo para elogiar ou criticar. O objetivo formal dessa assembleia é fiscalizar o cumprimento das tarefas de cada comissão de

³³ Entrevista realizada por mim, em conjunto com Marianna Fernandes Moreira (pesquisadora do NuPeD), com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17 de maio de 2011.

³⁴ A necessidade de evitar que questões pessoais dominem a pauta de discussão da assembleia de moradores não é apenas perceptível na fala da moradora, mas é explicitada formalmente no regimento interno da referida ocupação. Segundo a norma 11 de seu regimento: “As questões afetivas não deverão interferir no andamento da ocupação.” (Regimento Interno da ocupação Quilombo das Guerreiras).

³⁵ Palavra utilizada pelos ocupantes referente ao ato de designar um morador para ser avaliado durante a assembleia.

trabalho coletivo, contudo, ela também tem um papel fundamental na mediação dos conflitos pessoais. A pessoa que destaca pode tecer suas críticas em relação ao destacado, mas apenas ela pode se pronunciar. Todo o restante do Coletivo deve permanecer em silêncio, aguardando uma proposta de uma das partes para a resolução do conflito, de forma que possa se chegar a uma solução sem a necessidade de interferência de outros. Com essa estratégia, o Coletivo preserva o membro que é objeto do destaque e impede que outros moradores aproveitem a situação para expressar discordâncias ou insatisfações pessoais de menor importância, que nada tem a ver com o destaque em si. Quem destaca, só o faz se tiver uma proposta de resolução para encaminhar. Quando esta não é aceita por ambas as partes, a questão é encaminhada para discussão coletiva e, aí sim, o restante do Coletivo pode se pronunciar sobre o assunto. Dessa forma, a assembleia mantém seu foco, mediando um conflito por vez. A formalidade ajuda a conter os ânimos, permitindo a administração dos conflitos e evitando possíveis rupturas. O nível de tensão é alto, mas os procedimentos formais buscam conter a exaltação. Há uma etiqueta a ser seguida, um conjunto de formalidades necessárias para que o destaque seja considerado válido, incidindo diretamente no comportamento individual, à medida que define e reforça a fronteira entre comportamentos aceitos e não aceitos.

A formalidade que a adoção de procedimentos implica constitui uma importante característica das relações de poder encontradas na ocupação. O exercício do “poder instituinte” (ou ao menos de um “germe” deste) demanda um comportamento de certa forma contido, mas que nem por isso abandona sua esquizofrenia, suas tensões e contradições internas. O autocontrole, o governo de si, é exigido especialmente nos espaços-tempo formais de deliberação, e o seu descumprimento pode, inclusive, resultar em sanções punitivas. Contudo, trata-se de procedimentos pouco vinculados a conteúdos específicos, estando o enfoque voltado à forma e não ao conteúdo em si, o qual permanece sempre cambiante. Tais procedimentos geram constrangimentos ao comportamento individual, com a imposição de um “ritual”. Mas esses constrangimentos, longe de impedirem o embate e o conflito, servem, em primeiro lugar, para instaurar códigos através dos quais a heterogeneidade e as tensões internas possam ser resolvidas em comum acordo ou com a mediação da coletividade. Mesmo assim, nada disso impede a tomada de decisões equivocadas ou até injustas.

Em 2010, o Coletivo da referida ocupação discutia, em assembleia, a expulsão de um morador, quando aqueles que se posicionavam contrariamente à me-

dida lembraram casos em que, segundo eles, a expulsão havia sido injusta. Depois de uma longa discussão, o Coletivo decidiu que, na semana seguinte, cada morador poderia trazer para a reunião casos de expulsão que mereciam revisão. Essa assembleia foi chamada de “assembleia do perdão”. Nela, cada caso trazido foi discutido coletivamente e, ao final, diversos moradores foram formalmente convidados a retornar à ocupação. A justiça, portanto, não é encarada como um conceito fechado, mas como uma noção aberta ao questionamento, à crítica, em constante transformação e indissociável dos demais aspectos da vida social.

Uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e o fundamento da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua auto-instituição explícita (CASTORIADIS, 1983, p. 33 [grifos do autor]).

A autonomia não pode ser entendida como algo fechado, como a construção de um mundo perfeito, sem injustiças, sem violência, sem conflitos. Não pode virar mera doutrina, nem se submeter aos ranços iluministas daqueles que dizem possuir “a” resposta, “a” solução, “a” verdade. A autonomia é parte do processo de emancipação e significa conquistar a liberdade de errar por si mesmo, de arcar com os erros de suas próprias decisões, a liberdade de agir em conjunto e de não estar sujeito a determinações de instâncias separadas da coletividade na qual se vive. Os “territórios dissidentes” (SOUZA, 2006, 2007), portanto, têm por base parâmetros que ajudam não somente a avaliar os avanços e/ou retrocessos, mas também, a situar os questionamentos de maneira não racionalista, apontando para um horizonte que, embora sempre fugidio, ajude a iluminar um caminho.

A autonomia, então, mais que doutrina, está viva quando aparece como tendência prática, inscrita na pluralidade, como orientação para desdobramentos específicos que partem das próprias potências, e da decisão fundamental de não deixar-se arrastar pelas exigências mediadoras-expropriadoras do Estado e do capital. [...] Seus riscos são o congelamento e o dogmatismo. Assim, é possível dizer que a autonomia tende a totalizar-se como movimento de abertura e não a fechar-se numa ‘totalidade dada’ (SITUACIONES, 2006, p. 216 [tradução livre]).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[P]or mais que ocupações de imóveis, por sem-teto ou sob a forma de constituição de favelas, firmam a propriedade privada, essa afronta simbólica não é nada em

comparação com o fato de que, sem a válvula de escape representada por essas saídas ilegais, os pobres urbanos não teriam como sobreviver – e o sistema não seria viável, entrando em colapso [...] Moral da história: não basta, pontualmente, afrontar a propriedade privada. É imprescindível fazer isso ao mesmo tempo em que se põe em discussão o conjunto da vida social e a organização espacial da cidade em geral. (SOUZA, 2006, p. 305 e 306).

A dimensão espacial revela formas e mecanismos de exercício do poder, pois muitos destes são, também, técnicas espaciais. Portanto, a questão que se coloca é a seguinte: como organizar a sociedade e, portanto, o espaço social, sem submeter uma enorme maioria a uma minoria? Afinal, se a organização do espaço foi utilizada para alcançar objetivos econômico-políticos heterônomos como, por exemplo, no famoso caso do panóptico de Bentham, por que não buscar tecnologias de poder e, conseqüentemente, uma organização espacial com outros objetivos econômico-políticos³⁶? Autores como Paco (2006), Zibechi (2006) e o Colectivo Situaciones (2006) vêm apontando para uma compreensão mais ampla do termo comunidade, que não se refere à simples designação genérica de um grupo, mas a uma lógica própria que combina autonomia e cooperação na construção de dinâmicas de produção econômica, socioespacial, política e subjetiva.

A comunidade é o nome de um código político e organizativo determinado como tecnologia social singular. [...] A comunidade merece, então, uma nova atenção. Já não como excentricidade de um passado que resiste em morrer, mas como uma dinâmica de associação e produção comum, com vigor político mais do que suficiente que, no entanto, é cheia de ambivalências, o que é vital (SITUACIONES, 2006, p. 213 [grifos nossos] [tradução livre]).

A comunidade (*comunidad*) é concebida, portanto, como portadora de uma lógica comunitária e de um “*ethos* comunal” (como afirma Paco), que produz valores, comportamentos, interações e procedimentos organizativos, assim como práticas espaciais e configurações territoriais. Segundo o sociólogo Pablo Mamani (citado por Zibechi [2006]), quando os imigrantes chegam à cidade de El Alto/Bolívia – com alguma experiência organizativa de suas comunidades e sindicatos agrários

³⁶ Ressalta-se que Souza (2003, 2006) analisa a espacialidade de diversas experiências como a do Orçamento Participativo de Porto Alegre, do espaço da Grécia Antiga, da Espanha de 1936, de “territórios dissidentes” constituídos por movimentos sociais etc., além de identificar estratégias, instrumentos, técnicas e contextos institucionais de participação popular no planejamento e na gestão urbanos, demonstrando que estes não são suficientes para superar a heteronomia e instituir um espaço verdadeiramente democrático. Segundo o autor, é preciso desmistificar o planejamento e a gestão, e popularizá-los, para que todos possam ter acesso às informações necessárias para opinar e decidir com conhecimento de causa.

ou mineiros – eles buscam constituir um espaço de decisão comunitário para lidar com as carências do meio urbano e protegê-los da violência, fundando, para isso, os conselhos de bairro. Como resultado, a população se encontra bem distribuída no espaço urbano. De acordo com Zibechi, essa dispersão é malvista por instituições estatais, pois dificulta o controle social e impede a criação de um panóptico urbano.

O fato de as experiências dos sem-teto (de ocupações inspiradas na autogestão) estarem inseridas em um contexto urbano capitalista “ocidental” (ou seja, com pouca ou nenhuma influência de culturas tradicionais anteriores à invasão europeia, como no caso dos *aymara*, na Bolívia, e dos *zapatistas*, no México) não lhes confere menor importância, pois precisam lidar com as dificuldades de se instaurar uma organização horizontal em meio a uma cultura que se assenta, em todas as esferas da vida, na heteronomia. Por isso,

[c]onquistar uma territorialidade menos heterônoma, aqui e agora, corresponde a ancorar espacialmente ganhos de autonomia, a dar expressão espacial à conquista de novos direitos e liberdades para o maior número possível de pessoas, facilitando a mobilidade, questionando e eliminando símbolos que induzam ao preconceito e extinguindo fronteiras e barreiras ilegalmente excludentes (SOUZA, 2006, p. 363).

O desafio está em constituir tecnologias de poder que não emulem o Estado, mas produzam mecanismos que sirvam à formação de um contrapoder, de um “poder instituinte” nos termos de Castoriadis. Isso envolve a necessidade do governo do outro, ou seja, da constituição de uma instância de “poder explícito”³⁷, mas que, ao mesmo tempo, se conecte ao governo de si, de uma forma não transcendente, visto que essa instância de “poder explícito”, o Coletivo, nada mais é do que o conjunto formado pelos moradores que, por sua vez, estão conformados por um território comum.

Longe de representar um modelo ideal, o Coletivo da referida ocupação busca, na medida do possível, estabelecer distâncias que facilitem a organização de relações “simétricas e reversíveis efetuadas por homens [e mulheres] livres” (DELEUZE, 1999, p. 33). A liberdade é uma prática, já dizia Foucault. Ela não é determinada funcionalmente pela natureza de um conteúdo específico, mas praticada ou não no próprio processo de instituição da sociedade. “A liberdade do

³⁷ Não se pode confundir “poder explícito” com Estado. Para Castoriadis, o “poder explícito” se refere às instâncias que podem emitir injunções sancionáveis, instâncias estas que podem emanar da própria coletividade. Já o Estado é uma “instância separada da coletividade e instituído de modo a assegurar constantemente essa separação” (CASTORIADIS, 2006, p. 133).

Homem nunca está assegurada pelas instituições e leis que pretendem garanti-la” (FOUCAULT, 1991). Nesse sentido, mais importante do que definir um conteúdo único e “verdadeiro”, é instaurar meios para que ele permaneça sempre cambiante, sendo sempre objeto de reflexão e contestação por parte daqueles sobre os quais o poder se exerce.

Trata-se, portanto, de considerar os espaços constituídos pelos movimentos sociais não como modelos a serem seguidos, mas como experimentos nos quais o poder heterônomo hegemônico – que se exprime tanto como “infrapoder”³⁸ quanto como “poder explícito” – é esmaecido a partir da construção de um “germe” de “poder instituinte”. Este estabelece um conjunto próprio de códigos políticos e organizativos que, por sua vez, estão sempre referenciados pelo contexto histórico e geográfico no qual estão inseridos. Os conflitos suscitados por esse esforço contínuo de atualização da potência (ou seja, daquilo que perfaz todas as determinações que ainda se mantêm apenas virtuais), não se manifestam somente na forma de um enfrentamento perante o Estado, mas também em polémicas internas, discordâncias familiares e na própria produção subjetiva. Desses conflitos emana uma territorialidade instável porque dissidente, cujo processo de instituição envolve, para além da demarcação no substrato espacial material, a construção de todo um conjunto de significações que age sobre o social na forma de comportamento. Nesse sentido, um “território dissidente” não pode se constituir sem práticas, comportamentos e subjetividades dissidentes.

Por fim, destaquei duas falas de moradoras da ocupação estudada, por expressarem, de sua maneira, o entendimento de que, como diz Castoriadis: a “imagem do mundo e [a] imagem de si mesmo estão evidentemente sempre ligadas” (CASTORIADIS, 2007, p. 180).

Dá tanto trabalho pra autogerir uma ocupação, que eu acho que uma cidade... Apesar de eu ter um perfil anarquista, eu não acredito na revolução, assim, que a sociedade pode se autogerir. Primeiro porque pra acreditar no Coletivo, na autogestão, você tem que se desconstruir como pessoa, e isso é muito difícil para a sociedade. E dentro de um espaço fechado, fechado na teoria, como na ocupação,

³⁸ “[...] num sentido, [o infrapoder] é o poder do próprio campo social-histórico, o poder de *outis*, de Ninguém. [...] A sociedade instituída nunca consegue exercer seu infrapoder de forma absoluta [...] sob o imaginário social estabelecido sempre corre o imaginário radical.” (CASTORIADIS, 2006, p. 127-129). Segundo Souza (2006), Castoriadis distingue entre “poder explícito”, que é o exercício do poder vinculado ao governo, e o “infrapoder”, que significa a “introdução coletiva de valores (significações imaginárias sociais) que induzem comportamentos conformes a um certo *nomos*, a uma certa ‘ordem’ social” (SOUZA, 2006, p. 333).

é mais fácil você desconstruir isso, porque você desconstrói na terça, na quarta, na quinta, na sexta, você desconstrói isso todos os dias. Você desconstrói tudo aquilo que te contaram, do tipo, não olha pro trabalho do coleguinha. Você desconstrói o 'eu tenho que me dar bem' ou 'o mundo gira em torno de mim', você desconstrói, você tem tempo de desconstruir, você é convidado a desconstruir. A sociedade não é convidada a desconstruir isso, muito pelo contrário, ela é convidada a ter representantes sempre. Ela tem o padre dela, o pastor dela, o prefeito dela, o governador dela. A gente só trabalha com representação. E isso, na nossa cabeça, é muito forte. Muito forte! E tem mais, as pessoas não querem, né? Pra elas, pra grande maioria é muito mais cômodo delegar alguém a fazer. Acreditar que alguém vai fazer por elas, acreditar que alguém vai organizar por elas. Desconstruir isso socialmente não seria nem utopia, seria o céu! Uma sociedade onde as pessoas assumissem responsabilidade sobre tudo. Sobre a educação, moradia, transporte, onde tudo fosse decidido pelas pessoas e organizado pelas pessoas, seria atingir o ponto máximo da existência humana. E atingir isso é saber que a nossa existência não depende só da nossa vida, mas que depende da vida de todo mundo, e eu acho que pra sociedade isso é muito difícil. Entender que só vai existir paz se existir igualdade, é muito difícil pra sociedade. Ela só consegue culpar alguém pelas coisas ou delegar a alguém pra que trate do problema, mas não consegue entender.³⁹

Mesmo os que acham bonito a autogestão, jamais vão querer tirar portaria lá no prédio dele. Ele vai querer pagar o porteiro. Porque uma coisa é você achar bonito, outra coisa é você querer isso para a sua realidade. É muito mais cômodo eu ter um porteiro, alguém que eu pague, do que eu ficar lá. Se pra gente é um processo de convencimento, que já dura cinco anos, imagina o que isso seria pra sociedade? A sociedade tá acostumada a delegar, então é muito difícil. A partir dessa vivência aqui dentro, a gente acaba tensionando o mundo lá fora, tensionando os espaços no trabalho, na escola. Mas construir uma sociedade assim, autogerida... Ah, só se tivesse muitas ocupações com esse perfil. Assim, se tivesse no centro do Rio 50 ocupações com esse perfil de coletivo/autogestão, o Rio de Janeiro já seria diferente. Porque seriam milhares de pessoas circulando dentro dos ônibus que teriam esse pensamento, milhares de pessoas indo ao hospital que teriam esse pensamento, milhares de pessoas estudando que teriam esse pensamento. E aí iriam querer mudar essas realidades dessa maneira, assim, participando delas, modificando através da horizontalidade.⁴⁰

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. *A "economia popular solidária" e sua espacialidade: Estudo das práticas sócio-espaciais em uma ocupação de sem-teto do Rio de Janeiro*. 2009. 101 f. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³⁹ Entrevista realizada por mim, em conjunto com Marianna Fernandes Moreira, com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 17 de maio de 2011.

⁴⁰ Entrevista realizada, em conjunto com Marianna Fernandes Moreira, com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, no dia 24 de julho de 2009.

_____. *A microfísica do poder instituinte e sua espacialidade*: “campos”, territórios e redes no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. 2011. 264 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de; GRANDI, Matheus da Silveira; MOREIRA, Marianna Fernandes. Oikos, Ágora e Ekklesia: Uma Introdução às Fronteiras, Pontes e “Áreas de Sombra” de um Espaço Ocupado (Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro). *Cidades*, Presidente Prudente: Expressão Popular, v. 6, n. 9, p. 67-92, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *As encruzilhadas do labirinto – Vol. IV: A ascensão da insignificância*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *As encruzilhadas do labirinto – Vol. III: O mundo fragmentado*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Péricles e Verdi: A filosofia de François Châtelet*. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

_____. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Space, Knowledge and Power*. Entrevista concedida a Paul Rabinow. In: RABINOW, Paul. *The Foucault Reader*. London: Penguin Books, 1991. p. 239-257

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GRANDI, Matheus da Silveira. *Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação*: Espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. 2010. 476 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOREIRA, Marianna Fernandes. “*Um palacete assobradado*”: Da reconstrução do lar (materialmente) à reconstrução da “ideia de lar” em uma ocupação de sem-teto no Rio de Janeiro. 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia /Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Elaine. *Revitalização dos centros urbanos*: A luta pelo direito à cidade. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade Estadual do Rio e Janeiro, Rio de Janeiro.

PACO, Felix Patzi. *Sistema Comunal: Una Propuesta Alternativa al Sistema Liberal*. 2 ed. La Paz: Fundación DRIVA. 2007.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *Geografando: Nos varadouros do mundo*. Brasília: Edições Ibama, 2003.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SITUACIONES, Colectivo. Notas sobre la noción de “comunidad” a propósito de Dispersar el Poder. Los movimientos como poderes antiestatales. In: ZIBECCHI, Raúl. *Dispersar el poder*. Buenos Aires: Tinta Limón. 2006. p. 211-220

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *A Prisão e a Ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (org.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Fobópolis: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcus Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.): *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular. 2009a. p. 57-72.

_____. Social movements in the face of criminal power. The socio-political fragmentation of space and ‘micro-level warlords’ as challenges for emancipative urban struggles. *City*, Londres. v. 13, n. 1, p. 27-52, 2009b.

_____. Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: Da “revolução molecular” à política de escalas. In: MENDONÇA, Francisco *et al.* (org.): *Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ANPEGE / Ademadan. 2009c. p. 459-478.

_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 7, n. 11, p. 13-47. 2010.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *et al.* *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 147-166.

SOUZA, Marcelo Lopes de. TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, resignificando o espaço: Territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 29-66, 2009.

SWARTZ, Marc. Bases for political compliance in Bena villages. In: SWARTZ, Marc J; TURNER, Victor Witter; TUDEN, Arthur. (ed.): *Political anthropology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1966. p. 89-108.

_____. *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1968.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. *O “léxico espacial” do movimento dos sem-teto: Um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da Ocupação Quilombo das Guerreiras*. 2009. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ZIBECCHI, Raúl. *La Revuelta Juvenil de los '90: Las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad. 1997.

_____. *Dispersar el poder*. Buenos Aires: Tinta Limón. 2006.

Enviado para publicação em 18/03/2012

Aceito para publicação em 25/06/2012